



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 333 /2.007-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS

HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17000086/2007 – 11.382

R E S O L V E:

Art. 1º - Outorgar a **FERNANDO VASCONCELLOS MARTINS FILHO**, casado, economista e agropecuarista, inscrito no CPF sob o nº , RG nº , **RENATO VASCONCELLOS MARTINS**, casado, analista de sistemas, inscrito no CPF sob o nº , RG nº , **e RICARDO VASCONCELLOS MARTINS**, separado, bacharel em direito, inscrito no CPF sob o nº , RG nº , por 06 (seis) anos o uso das águas do **Córrego Guanabara**, no trecho localizado na , no município de **Santa Fé de Goiás**, Estado de Goiás, para derivação durante 660 (seiscentas e sessenta) horas por ano de até 114,90 l/s (cento e quatorze vírgula noventa litros por segundo), para irrigação por aspersão tipo "Pivot Central", com área de 104,5 ha.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de 01(um) ano para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pela **GEÓGRAFA ROSANE GAMA OLIVEIRA LIMA**, CREA-GO nº 7518/D, a qual torna-se **Responsável Técnica**, perante o Governo do Estado de Goiás.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompor e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A captação é realizada em uma barragem construída (P. 11.383), com um volume útil de 395.614,03 m³ (trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quatorze vírgula zero três metros cúbicos), auxiliada por um barramento à jusante (P. 11.379), com volume total suficiente para atender a demanda hídrica do projeto e a manter regularizada a vazão à jusante do **Córrego Guanabara**;
- V. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental**.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A - S E.

RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS
03 dias do mês de Maio de 2.007.

HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos

JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário